

Deposições políticas no Pontal do Triângulo Mineiro (1964)

*Caio Vinicius de Carvalho Ferreira*¹

RESUMO

Com o golpe de Estado no Brasil em 1964, no Pontal do Triângulo Mineiro, na cidade de Ituiutaba, a chegada de uma junta militar armada em cooperação com civis no município forçou a renúncia do prefeito, do vice e de mais cinco vereadores filiados ao PTB. Em seus lugares foi colocado outro grupo político, ligado ao diretório local da UDN e alguns filiados ao PSD. Nesta pesquisa, propomos analisar os desdobramentos do golpe civil-militar no Pontal do Triângulo Mineiro. Procuramos entender o processo histórico, fatores e ações a esse acontecimento e a maneira como foram sentidos, vivenciados e executados na conjuntura local.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964. Perseguição. Pontal do Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

With the coup d'État in Brazil in 1964, in the point of the *Triângulo Mineiro*, in the *Ituiutaba* city, the arrival of an armed military junta in cooperation with civilians in the city forced the resignation of the mayor, the vice mayor and five other councilors affiliated to the *PTB*. They were replaced by another political group, linked to the *UDN* local directory and some *PSD*'s filiated. This research proposes to analyze the consequences of the civil-military coup in the *Pontal do Triângulo Mineiro*. We seek to understand the historical process, factors and actions to these events and the way they were felt, experienced and executed in the local context.

KEYWORDS: 1964's coup. Persecution. *Pontal do Triângulo Mineiro*.

No ano de 1964, em um golpe de Estado, as forças armadas em conjunto com parte da população tomaram os cargos políticos e instauraram um governo autoritário. Na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, na cidade de Ituiutaba, o golpe civil-militar foi intervenção na vida política. O poder executivo na cidade estava a cargo dos trabalhistas José Arcênio de Paula e do vice Rodolfo Leite de Oliveira.

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2017), possui graduação em História (Licenciatura/bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (2013) - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP). caiovdccferreira@gmail.com

Dois anos antes, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) local conseguiu vencer no pleito municipal, elegendo, além do prefeito e do vice, a maioria no poder legislativo da cidade. A Câmara Municipal da cidade tinha, ainda, como bancadas elementos do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), sendo este último a maior oposição ao PTB em nível nacional e local.

No desenvolver das mudanças políticas forçadas pelo golpe civil-militar, os gestores municipais foram surpreendidos pela intervenção de uma junta militar vinda da cidade vizinha de Uberlândia, o qual contou com o apoio de nomes influentes da política local, integrantes da UDN e do PSD. Dentro desse contexto, o prefeito e o vice-prefeito, junto aos vereadores do PTB, foram depostos de seus cargos políticos, sendo que alguns foram mantidos em cárcere privado no Tiro de Guerra da cidade. No poder executivo, foi instituído para o cargo de prefeito um dos vereadores que pertenciam a UDN e como vice, e líder do legislativo, um pessedista.

Os estudos sobre a temática “golpe de 1964”, predominantemente, focaram acontecimentos decorridos nos centros mais destacados do país. Condição que menosprezou outras experiências em pequenas cidades interioranas do Brasil. Apesar de não terem despertado maiores interesses por parte de estudiosos, intrincadas tramas políticas desdobraram-se à margem dos processos mais evidentes. Esse trabalho se baseia em uma análise de uma dessas muitas tramas históricas que, se comparadas às outras “grandes”, foram menosprezadas pela historiografia interessada nos estudos sobre o golpe de 1964. As arbitrariedades, introduzidas após o golpe, repercutiu e impactou a vida de pessoas nas mais diferentes regiões do Brasil, desde grandes centros até o interior.

Diante disso, o presente trabalho consiste em analisar o processo político, o impacto e a reorganização do poder no Pontal do Triângulo Mineiro, com a instauração de um novo regime político no Brasil, inaugurado pelo golpe de 1964. Propomos uma pesquisa sobre a história da política do Pontal do Triângulo mineiro por meio de um panorama histórico

e social, como eram as disputas pela hegemonia política antes e quais foram os episódios do golpe, identificando os motivos pelos quais o prefeito, o vice, os vereadores foram depostos de seus cargos públicos. Nesse sentido, o que queremos diferenciar nessa pesquisa é que esses eventos também se deram em uma região periférica do país, com características peculiares.

Entendemos que o historiador deve considerar como “sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245), ou seja, ir contra a correnteza das histórias oficiais, propor investigações históricas alternativas contra as tradicionais e clássicas. Dessa maneira, propor uma historiografia voltada para uma trama marginalizada se configura como uma alternativa de uma possível história (LÖWY, 2005).

Este trabalho se encaixa no que conhecemos como uma história local ou regional. Encontra-se, aqui, uma pesquisa sobre a ação do golpe de 1964 no Pontal do Triângulo, uma narrativa histórica específica sobre uma localidade e sobre um determinado período e suas peculiaridades. É necessário historicizarmos o espaço físico abordado, pois as regiões são organizações humanas, visadas em ordenar a natureza em práticas de significação, sendo constantemente um objeto em movimento, em construção e desconstrução (ALBUQUERQUE JR, 2008).

Duas categorias de documentos foram analisadas no trabalho. As fontes orais foram uma das privilegiadas devido a sua importância em narrar as experiências de vida. Usaremos, aqui, entrevistas gravadas com sujeitos que vivenciaram direta e indiretamente essa trama, desde pessoas que foram perseguidas até outras que, de “longe”, testemunharam os fatos ocorridos naqueles dias. Como afirma Verena Alberti, o fazer das fontes orais constitui-se na produção de entrevistas com sujeitos que participaram, testemunharam e experienciaram conjunturas do passado. Tais entrevistas se apoiam nos contextos dos projetos de pesquisa e do objeto em que se almeja pesquisar. Um acontecimento vivenciado pelo entrevistado não pode ser transmitido para outros sem que seja narrado. Assim, o sujeito, ao contar sua experiência, transforma o que viveu em uma narrativa,

selecionando e organizando os acontecimentos em determinados sentidos (ALBERTI, 2010).

Outra categoria de fonte que aqui, também, usamos para a análise são os documentos referentes ao poder legislativo da cidade, produzidas nos anos em torno do golpe - entre 1963 e 1964. As Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba se encontram abertas para a pesquisa na própria casa que os produziu. As atas referentes à administração da cidade são um material riquíssimo para quem pesquisa na área de política local. Cabe ressaltar que as Atas de Câmaras Municipais, apesar de serem documentos oficiais de caráter administrativo, se analisados a contrapelo, podem evidenciar as disputas e os diferentes projetos políticos que buscavam conquistar hegemonia nas relações de poder, identificado o que e pelo que cada um luta – além do teor das aprovações e negações de leis. Assim, analisamos a participação de vereadores e das bancadas partidárias, e suas relações com o executivo, agindo na vida política e defendendo seus pontos de vista.

A mais importante tarefa, desta pesquisa, se fez no exercício não só de questionar as fontes, mas também de cruzar em busca de diferentes informações e de paradoxos. Concordamos com Barcellar (2010), quando nos afirma que é dever do historiador “cruzar as fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (BARCELLAR, 2010, p.72).

Organização política em Ituiutaba da década de 1960

Ituiutaba localiza-se no Brasil Central, em plena vegetação do cerrado e no oeste do estado de Minas Gerais, especificadamente, na mesorregião conhecida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Quase na fronteira entre o limite do estado de Goiás, a microrregião em que o município se

insere é popularmente conhecida como Pontal do Triângulo Mineiro – ou simplesmente Pontal, como alguns preferem².

A cidade passou por diversas modificações durante as décadas de 1950/1960 devido à guinada socioeconômica proporcionada pelo desenvolvimento da produção da rizicultura, que se expandiu pelo campo e industrializou o município, onde a cidade passou a se auto intitular como a “Capital do Arroz”.

Nesse contexto, constituiu-se uma peculiar elite política ituiutabana, na qual muitos desses eram ligados a diferentes projetos políticos conectados não somente a questões do município, mas, de certa forma, ao trabalhador do campo, às indústrias e aos seus interesses. Com isso, chegou-se à década de 1960 com três partidos maiores, com distintos projetos, que disputavam a hegemonia das políticas institucionais na cidade: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Havia ainda, com menor força, o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR).

O partido é o lugar onde se opera a mediação política, onde há relação e distância entre o domínio do concreto e o discurso, que traz consigo a expressão de ideias e de linguagem. Pois,

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações (BERSTEIN, 2014, p. 61).

Com o fim da ditadura Vargas em 1945, com o esgotamento dos modelos autoritários de governo em decorrência do fim da Segunda Grande Guerra e com a vitória de países comprometidos, pelo menos formalmente, com a democracia, aconteceu no Brasil uma abertura política pela qual

² Algumas cidades vizinhas que comportam a microrregião até meados da segunda metade do século XX eram distritos pertencentes ao município de Ituiutaba, sendo que, até o ano de 1963, foram emancipadas as cidades de Gurinhatã, Ipiacaçu, Capinópolis e Cachoeira Dourada.

foram convocadas novas eleições para presidente e representantes de uma assembleia constituinte a partir desse mesmo ano. De imediato, iniciou-se uma nova organização partidária, com o olhar para o pleito eleitoral, dando origem a partidos efetivamente nacionais pela primeira vez na república. Nesse contexto, o ex-ditador Getúlio Vargas deixou sua marca em dois dos principais partidos – o PSD e o PTB –, o que tornou possível sua volta ao poder em 1950, dando ênfase a um novo modelo que se distinguisse da ditadura e que durou até 1945, conhecido como Trabalhismo. Modelo esse que demonstrava preocupação com interesses da classe trabalhadora, sobremaneira em torno da legislação trabalhista, levando isso para o discurso e para a propaganda política de seu novo governo (MOTTA, 2008).

O PTB se configurou como o partido mais getulista, que defendia o legado e a herança do ex-chefe de Estado, apoiando-se em uma política de continuidade de reivindicação política dos trabalhadores e tendo Vargas como a grande inspiração. O partido, em seus 19 anos de existência, viveu um paradoxo, no qual ao mesmo tempo em que reclama a herança o ex-ditador, paulatinamente se desvinculava de sua imagem, adotando um projeto reformista e se afirmando em torno das Reformas de Base, que seriam o carro chefe da gestão do presidente João Goulart (DELGADO 1989).

Ao mesmo tempo em que Vargas se aproximava da classe trabalhadora, os movimentos mais conservadores se distanciavam e criticavam o ex-ditador. Desse modo, um dos principais partidos criados a partir de então afirmou-se no cenário com uma proposta antigetulista. A UDN, o partido da “eterna vigilância”, combatia os ideais e o legado do líder do Estado Novo, manifestando-se contra o seu governo e seus sucessores políticos. Criticavam o excesso de intervenção do Estado na economia, posicionando-se a favor da abertura ao capital estrangeiro e se mostrando contra a corrupção como uma imagem moral. Para compreendermos o papel udenista, é importante percebermos sua identificação com questões como o liberalismo, moralismo e o elitismo. A UDN era um partido conservador,

contra o voto de analfabetos, contra reivindicações trabalhistas urbanas e rurais – trata-se da “eterna vigilância”, contra a subversão e ameaça aos interesses dos proprietários rurais ou de “proletarização da classe média” (BENEVIDES, 1981).

Outro partido de grande força que se formou foi o PSD, também de orientação conservadora e ligado à classe média e aos grupos econômicos, evitava tomar posições doutrinárias rígidas, e era também ligado ao getulismo devido à sua formação, que contou com interventores nomeados por Vargas no final do Estado Novo. Com um caráter pragmático, o partido estava mais ligado ao mundo rural e ao interior, e a regra básica do pessedismo era conciliação e moderação – um partido em que conviviam líderes tradicionais, atentos a bases do interior e reformistas emergentes voltados ao eleitorado urbano (HIPOLITO, 2012). Uma das principais diferenças entre a UDN e o PSD, além do getulismo, era seu caráter. De certa forma, a UDN estava ligada mais à elite urbana e empresarial, diferente da PSD, que se concentrava no âmbito rural e era bem mais maleável para fazer barganhas políticas, ora se aliando ao PTB e, em outros momentos, rompendo as alianças, como no caso do apoio no congresso às reformas de base, em que se afastou aos poucos dos Trabalhistas em 1962.

Se, em nível nacional, a UDN representava mais os interesses da burguesia urbana, no Pontal do Triângulo, a UDN também estava ligada às elites rurais. Durante os dois pleitos municipais para legislativo e executivo da década de 1950, a aliança entre UDN e PSD rendeu frutos contra a oposição (formadas pelos trabalhistas), elegendo os prefeitos em 1954 e depois em 1958. Nas eleições tijucanas no ano de 1962, de maneira diferente da década anterior, o PTB local, elege um líder no poder executivo. Não somente esse cargo, o partido conseguiu também maioria na Câmara municipal e conquistou, além disso, o cargo de vice-prefeito, uma vez que as eleições de prefeito e vice eram feitas separadamente, nas quais havia a oportunidade de eleger um prefeito de um partido e o vice de outro.

O diretório local do PTB surgiu da necessidade de agregar reivindicações dos trabalhadores locais, dentro de uma nova realidade social e econômica que começa a se desenvolver na cidade. A implantação da rizicultura trouxe consigo novos problemas e novas crises no espaço do trabalho local, pois conforme a economia se modificava, despontavam novos atores políticos. Esses novos problemas foram cruciais na efetivação de novo discurso político em que o PTB do Pontal se embasaria (BARBOSA, 2015).

A UDN configurou-se como a maior inimiga local do PTB. Apesar de se firmar no cenário nacional como um partido ligado às elites urbanas, localmente, a UDN tinha um forte apelo representativo não só dos donos de indústrias, mas também dos proprietários rurais, mesmo porque muitos dos filiados à legenda eram membros da Associação Rural de Ituiutaba – junto com alguns membros do PSD. Contudo, sua formação local contava não só com latifundiários, mas também com trabalhadores liberais, professores, médicos, donos de indústrias e até funcionários públicos. Trazia, em seu bojo, a defesa de privilégios da elite econômica do município, seja nos interesses do campo, como também nos interesses urbanos e da produção industrial.

Outro partido da cidade, o PSD, apesar de muito parecido com UDN, tinha como catalizador um ideário que defendia mais os interesses agrários que urbanos. Muitos de seus representantes eram velhos conhecidos da parte agrária da cidade, famílias tradicionais, possuidoras de grandes propriedades rurais, desde a primeira república. Porém, o partido também agregava comerciantes, arquitetos, líderes de associações de trabalhadores, entre outros, que eram mais voltados para políticas urbanas e, até certo ponto, reformistas e nacionalistas, que adquiriam um tom político mais progressista.

Embates no poder institucional

A gestão dos petebistas no poder administrativo do município, entre 1963 e 1964, foi marcada por agenda que favoreciam os trabalhadores locais. Na posse da prefeitura, José Arcênio de Paula deixou bem claro sua posição de fazer um governo trabalhista, de tal modo foi documentado em ata que “prometeu tudo fazer pelo município e reafirmou que pensa da mesma maneira: fazer um governo Trabalhista, trabalhar por Ituiutaba, um governo de trabalho e Justiça acima de tudo” (ITUIUTABA, 31/01/1964), e de fato esse foi o fio condutor de sua curta gestão.

Durante a gestão no poder legislativo, iniciada em 1963, seguiram diversos embates em torno dos diferentes projetos de política. Um desses exemplos é a proposta, de autoria do vereador e comerciante petebista José Arantes de Oliveira³, de instituir na cidade a “Semana Inglesa”. A chamada “Semana Inglesa”⁴ se referia a um novo modelo que visava diminuir a jornada de trabalho. Esse novo modelo previa a execução total de 44 horas semanais de trabalho, distribuído em 8 horas de segunda a sexta-feira e 4 horas durante o sábado, reservando o período da tarde de sábado e o domingo todo (além dos feriados) para descanso dos trabalhadores. O projeto, era uma das promessas políticas do PTB local, que vinha em discussão desde a década anterior, não sendo aprovada anteriormente nas reuniões do legislativo. Como afirma José Arantes em entrevista:

Quando eu fui eleito a primeira vez, o comercio, a indústria não fechava sábado ao meio dia, fechava as 5 da tarde, não tinha “Semana Inglesa”. Em 1962, eu apresentei o projeto, criando a semana inglesa em Ituiutaba, o comercio e a indústria fechando ao meio dia. Ai na época os

³ Na década de 1960, José Arantes de Oliveira era proprietário de uma loja de calçados chamada “Galeria dos Calçados”, localizada em pleno centro da cidade, na Rua 22, entre as avenidas 15 e 17.

⁴ A implementação da Semana Inglesa não era novidade no debate político tijuicano. Essa foi uma das pautas propostas pelo PTB no legislativo no ano de 1956. Projeto esse que sofreu resistência principalmente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba, enquanto a Associação dos Trabalhadores e Empregados no comércio enviou um ofício para a Câmara pedindo implementação da semana.

comerciantes não estavam aceitando e aquele negócio todo (OLIVEIRA, 2015).

No desenrolar da aprovação do projeto, a maioria da Câmara se posicionou favorável, com exceção de um vereador udenista, que mostrou resistência, apontando que o projeto teria que conter mais algumas ementas, pedindo vistas de 24 horas, o que lhe foi negado e, em seguida, propôs uma ementa, que também lhe foi negada por votação. O projeto foi votado e aprovado (ITUIUTABA, 11/03/1963).

Outra discussão que havia se arrastado desde o final da década passada, que teve seu desenrolar somente no ano de 1953, foi a proposta de um novo código tributário para o município⁵. Essa pauta buscava reformular o antigo código tributário da cidade originário de 1938, que, segundo os vereadores, já estava obsoleto e necessitava de modificações devido à expansão pela qual a cidade passava nos últimos anos. As bancadas se distinguiram em relação aos projetos para o novo código, em que as mais conservadoras (UDN e PSD) se mostravam contrárias com relação ao aumento na tributação das propriedades rurais, afirmando que os proprietários de terras seriam os grandes prejudicados com o novo projeto.

Reiniciaram-se as discussões em torno desse novo código em agosto de 1963, quando foi enviado o projeto da prefeitura. Logo, a Associação Rural e a Associação Comercial do município – a primeira composta por latifundiários e a segunda por donos de comércios – pediram, por meio de ofício, um prazo de 30 dias para estudar o novo Código Tributário. Iniciou-se o debate no qual a bancada petebista defendia o prazo até o dia 25 do corrido mês, enquanto os udenistas mantinham os 30 dias. Venceu a bancada PTB (ITUIUTABA, 14/08/1963). Após quase quatro meses de debates, por fim, o Novo Código Tributário Municipal acaba sendo aprovado, depois de um acordo intrapartidário que colocaria ementas no novo código. O Código Tributário entrou em vigência a partir de 1 de janeiro de 1964

⁵ Iniciou-se a campanha de reformulação do código tributário em 1959, essa mesma sofreu resistência principalmente por parte da Associação dos Produtores Rurais de Ituiutaba.

(ITUIUTABA, 25/11/1963). Apesar da resistência, marcada pelo constante adiamento das votações por parte da bancada do PSD e de maneira mais acentuada da UDN, com apoio de setores ligados aos latifundiários, o PTB conquista, apesar das ementas, uma das suas principais bandeiras locais: reformar o modelo antigo de tributos que favorecia os grandes proprietários de terras.

Podemos ver que os opositoristas da UDN, em relação aos projetos que eram contra, não tentavam barrar a aprovação, mas, sim, impor ementas que modificavam o projeto. Provavelmente, sabiam que seriam aprovadas por conta da maioria do poder legislativo ser da situação, de maneira que sua única opção era negociar com os integrantes do PSD por meio de ementas nos projetos que poderiam ser inseridas.

Outro ponto que dividia as opiniões internas no legislativo tijucano foram os posicionamentos em relação às chamadas Reformas de Base, mais especificamente, a Reforma Agrária – proposta pelo governo federal, liderado pelo até então presidente petebista João Goulart, uma das principais bandeiras de seu governo.

O governo do presidente petebista João Goulart prometia uma agenda de reformas políticas, sociais e econômicas. Tais mudanças se chocavam com um ambiente conservador e excludente de orientação neo-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático das elites econômicas. Jango assumiu a presidência em 1961, em um momento de crise deflagrada por seus opositores políticos. No início, sobre a vigência de um sistema parlamentarista, que limitava seus poderes de governo, e depois, quando recuperou sua vigência presidencial, seu restante de mandato foi claramente marcado por uma polarização política nacional e internacional (DELGADO, 2010). Conseguiu se livrar em janeiro de 1963 do regime parlamentar, após um plebiscito popular, votando ao regime presidencialista. Ele afirmou que a sua reforma constitucional se basearia em uma série de mudanças, que seriam: a Reforma Agrária, bancária, eleitoral, tributária, além da

regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes – as chamadas “Reformas de Base”.

Dessa maneira, a agenda reformista seria executada de maneira gradual e moderada. Nesse contexto, a grande propriedade rural, o latifúndio, foi aos poucos sendo identificado como o grande problema do campo e, também, aos poucos, foi se firmando que esse problema só seria eliminado via Reforma Agrária. O governo João Goulart se tornou uma fase de aceleração na luta pela terra, pois desenvolveu-se, nesse momento, uma percepção dos intelectuais e políticos sobre a necessidade de equacionar a questão agrária como pauta fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A reforma agrária ganhou legitimidade com a população, pois 72% dos eleitores das principais capitais consideravam uma mudança necessária (GRYNSZPAN, 2006).

Ainda em 1963, a Convenção Nacional da UDN, que decidiu quais seriam suas diretrizes políticas, vetou qualquer tipo de reforma política como discurso e a palavra de ordem: a constituição é algo intocável. Desse modo, Jango era visto, pelas direitas, como amigo dos comunistas, que prometia mais do que poderia dar e um incompetente em relação a ações políticas, enquanto as esquerdas o viam com um articulador político que negocia com as direitas em troca de apoio parlamentar (NAPOLITANO, 2014). Os udenistas tijucanos seguiam essas diretrizes. Como exemplo, podemos citar a indicação da bancada local da UDN contra a mudança na constituição, onde:

[...] solicitando comunicação imediata ao Congresso Nacional, dizendo que essa Casa não é contrária à aprovação de uma lei agrária para o país, desde que a mesma seja conduzida em consonância com os princípios cristãos e democráticos que norteiam a maioria do povo brasileiro e que repudiam qualquer tentativa de modificação constitucional (ITUIUTABA, 27/05/1963).

Isso pode nos esclarecer os posicionamentos dentro da Câmara Municipal da cidade após a indicação udenista contra a mudança na

constituição. Nesse sentido, vereadores ligados ao PTB afirmaram que o assunto era inoportuno não deliberativo da casa, pedindo para que o legislativo local não se pronunciasse a respeito.

A UDN local não só exerceu, durante o corrente ano, seu papel no poder legislativo de opositor da prefeitura, mas também contra o PTB em todos os níveis, fosse federal ou local, seguindo diretrizes nacionais do partido aliado com seus interesses locais de proteção à propriedade privada e ao liberalismo – firmando-se no ideário antigetulista, elitista e moralista e posicionando-se firme contra modificações nas leis de maneira conservadora, dando ênfase no legalismo formal e na ordem – dentro de sua tradição de vigilância e assegurar a ordem. Além disso, quando necessário, fazendo algumas alianças com PSD para defender privilégios dos grandes proprietários rurais e donos de indústrias na microrregião.

Os pessedistas dialogavam de acordo com seus interesses, também, via de regra, conservadores. No início da gestão petebista, apoiavam os projetos reformistas da prefeitura e do PTB, mas gradualmente se alinharam à oposição feita pela UDN. Os votos da bancada do PSD local faziam diferença em muitas reuniões, mormente quando se juntava às forças da UDN, vencendo o PTB. O PSD se apresentou como o fiador da estabilidade do regime democrático em meio a um sistema político pluralista. De tal maneira que o sistema partidário viveu entre 1945 e 1964 na dependência e na capacidade de articulação do PSD com os outros partidos (HIPOLITO, 2012).

O PTB local se manteve firme na proposta trabalhista em sua gestão, lutando não somente por direitos e interesses dos trabalhadores regionais, como também do pequeno produtor rural, tentando propor uma resposta por meio da política distinta dos outros partidos locais para os problemas que surgiam em meio a modificações economias da microrregião - tanto da estrutura latifundiária quanto da recente industrialização e da expansão estrutural da cidade. Isso possibilitou melhores condições de vida aos

trabalhadores urbanos e rurais. Logo, podemos afirmar que a gestão petebista local se alinhou claramente com a bandeira reformista.

Segundo cientista político Norberto Bobbio, ao fazer uma análise e esclarecimento conceitual no que se refere ao reformismo, afirma que quando falamos em reformismo, referimo-nos a reformas políticas, econômicas e sociais no interior da sociedade. A tradição do reformismo se fez na contraposição, não só ao conservadorismo político, mas também à tradição revolucionária do movimento trabalhador. O reformismo acredita na mudança gradual via processo prolongado (BOBBIO, 1987).

Renúncias e deposições

No dia dois de fevereiro de 1964, após um mês de recesso, como é de praxe, a Câmara Municipal da cidade voltava ao funcionamento. Nesse primeiro encontro do ano, o prefeito José Arcênio de Paula envia à Câmara um ofício pedindo afastamento de três meses do poder executivo devido a questões de saúde, deixando o cargo, temporariamente nas mãos do então vice-prefeito Rodolfo Leite de Oliveira (ITUIUTABA, 03/02/1964). Na realidade, esses seriam os últimos dias de José Arcênio à frente da prefeitura de Ituiutaba, pois dali ele sairia e nunca mais ocuparia o cargo.

Nos primeiros meses de exercício da Câmara Municipal em 1964, o debate se concentrou em torno das medidas políticas locais e nacionais contra a crise econômica que assolava país e a região, o que se dava o nome de “carestia”. Desde o início dos anos 1960, o país vivera uma crescente crise econômica e financeira. Em reunião da Câmara Municipal tijucana, os vereadores petebistas enviam um requerimento para a casa se congratular com o Presidente da República pelas medidas tomadas para “baixar o custo de vida”. O requerimento foi reprovado em votação por 7 votos contra 6. Ainda nessa mesma reunião, são apresentados outros requerimentos, reivindicando do Presidente da República o tabelamento dos preços do Arroz, milho e “gêneros de 1º necessidade”, e fazendo um convite ao prefeito

em exercício para comparecer à Câmara e discursar sobre a criação de uma comissão para conter sobre o “alto custo de vida” e quais seriam essas medidas na política local (ITUIUTABA, 02/03/1964).

De fato, a inflação atingiu fortemente a região durante o ano de 1964, mas até o fim do ano anterior se via, nas atas, a preocupação com a crise econômica interligada ao período de falta de chuvas na região, o que prejudicava a produção rural. Todavia, em 64, a discussão se fez firme e presente em torno da causa sobre o aumento do “custo de vida” e a relação com a produção local e os preços de grãos que não baixavam.

Outra discussão que se fez presente em 1964 foi em relação à corrupção no poder municipal. Discussão que, nas reuniões do ano anterior, não havia aparecido e nem minimamente citada. Ao final ainda de janeiro, é apresentado, de maneira ainda tímida na Câmara Municipal, um projeto de resolução, que constitui uma Comissão de Inquérito (CI) para “apurar possíveis irregularidades da atual administração municipal” (ITUIUTABA, 25/02/1964), sem citar que tipo de irregularidade a que se referia. No início do mês de março, é aprovada a CI para averiguar as tais irregularidades. Quando perguntado a José Arantes de Oliveira sobre as irregularidades, este nos informa que não houve irregularidades na prefeitura, que isso foi um discurso de oposição:

Isso era a campanha que eles fizeram, falaram que o Zé Arsênio roubou horrores da prefeitura, que ele era corrupto. Falavam sobre o prefeito e o sobre o PTB, envolveu todo mundo. Mais isso não é verdade não, estou lhe falando com toda a sinceridade, toda a lealdade, não houve corrupção no governo do Zé Arsênio de Paula e pode ter certeza [...] (OLIVEIRA, 2015).

Já Afonso Arinos Faissol, filho do então chefe do PSD local, nos afirma que realmente houve desvios na prefeitura, sobretudo por parte do prefeito José Arcênio de Paula:

Já havia uma certa pendência com o Zé Arsênio, ele já tava usando máquina da prefeitura pra fazer serviço na fazenda dele e tal (...) Zé Arsênio já tava meio manjado, tinha um misto, já tava usando umas máquina da prefeitura pra fazer o serviço dele e tal (FAISSOL, 2013).

Se realmente houve ou não corrupção por parte da prefeitura, não sabemos e talvez seja impossível de averiguar. Acreditamos que o importante aqui não é o ato da corrupção, e, sim, o uso dela como legitimador de ações. Após o golpe de Estado em 1º de abril, o argumento da corrupção no executivo local se mostra como uma das principais pautas dos opositores dentro do poder legislativo, desse modo, um dos vereadores da UDN solicita informações do prefeito sobre um “carro” da prefeitura que se encontrava em poder do prefeito titular, bem como operários da prefeitura que estavam trabalhando na fazenda do prefeito, fazendo um apelo para a devolução (ITUIUTABA, 14/04/1964). No fim das contas, é criada uma comissão interna de inquérito, que seguiria de maneira legalmente constitucional para apurar a irregularidade. Mas essa não serviu para nada. A “punição” do prefeito e de alguns dos vereadores viria de maneira inconstitucional, sendo que a tal CI foi deixada de lado.

Na noite de 31 de março do corrente ano, na qual se iniciou a movimentação que desaguaria em um golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart, foi convocada uma reunião de urgência na Câmara Municipal do Município de Ituiutaba. O que aconteceu foi que o destacamento policial/militar do município havia se recolhido para a cidade vizinha de Uberaba e os vereadores sentiram que deveriam tomar medidas de segurança à população, criando uma comissão interpartidária para tomar decisões que se fizessem necessárias para a “ordem” e segurança pública, enquanto a cidade estivesse desguarnecida (ITUIUTABA, 31/03/1964).

Ocorreu uma movimentação civil-militar em nível nacional nesse dia, que culminaria na deposição do então Presidente da República. Contudo, as movimentações e conspirações golpistas precedem esse dia. Goulart teve sua gestão marcada por efervescência e instabilidade política em meio a uma

polarização, de maneira que o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada por distintos projetos do que seria o processo de modernização e de mudanças sociais no país.

As direitas políticas, formadas por liberais e por alas conservadoras da sociedade⁶, combatiam fortemente Jango, em aliança com parte da grande mídia, pois João Goulart juntou as políticas trabalhistas com a preocupação do reformismo social para a transformação da realidade, ação marcada pelo projeto das Reformas de Base. João Goulart era visto por essa ala social como um corrupto, amigo dos comunistas, um populista que prometia mais do que poderia dar e um incompetente em relação a ações políticas. As esquerdas⁷ criticavam João Goulart pelo tom de “conciliação” e “moderação”, principalmente por suas alianças com alas mais conservadoras como o PSD (FERREIRA; GOMES, 2014).

Essas elites conservadoras clamavam por intervenção no poder público antes do fim de março de 1964, intensificando, nesse período, as atividades conspiratórias, envolvendo não só a alta cúpula dos militares, assim como também empresários e políticos que vinham participando de um programa de desestabilização do governo do então presidente. Desse modo, o golpe dependia da iniciativa dos militares e esses esperavam uma iniciativa ilegal de Goulart para unificar a atitude de grandes unidades militares para marchar contra o presidente. Impaciente, o general Olympo Mourão Filho e sua tropa iniciaram precocemente a marcha em 31 de março, saindo de Juiz de Fora em aliança com o governador do Estado, o udenista Magalhães Pinto. Aos poucos, a marcha foi ganhando adesão das forças legalistas. Ante a ofensiva, o presidente caiu sem resistência para evitar uma guerra civil ou apenas avaliou que era inútil resistir, exilando-se no Uruguai após perder seu mandato. De tal modo o presidente do senado Auro de Moura Andrade

⁶ Dentre eles, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, algumas alas da igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais.

⁷ Representada pelos marxistas, comunistas, o PCB, as Ligas Camponesas, entre outros.

(PSD), no dia 2 de abril, formalizou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República.

O nomeado “Comando Supremo da Revolução”, formado pelos líderes do golpe, chegou a escolher, no dia seguinte, o novo Presidente da República, o General Castelo Branco, empossado no dia 15 do mesmo mês (FICO, 2014). Em um momento de crítica polarização no cenário político brasileiro, as direitas se unificaram e defendiam abertamente a derrubada do governo Goulart, que foi eleito de forma democrática, enquanto as esquerdas foram incapazes de fazer alianças com os setores progressistas e não golpistas, incapacitando-se de se mover e articular a defesa contra o Golpe.

Após o 1 de abril, encontramos nas atas pronunciamentos de políticos ligados a UDN e ao PSD de elevação aos novos dirigentes do Governo instituído. Em reunião, um vereador udenista pede requerimento para colocar uma foto de Castelo Branco na parede da Câmara Municipal da cidade (ITUIUTABA, 20/04/1964). A UDN, enquanto partido, se constituiu dentro de um paradoxo liberal, consolidando-se na ambiguidade, emergindo da crítica à ditadura do Estado Novo e marcando o partido como anti-getulista (Goulart era visto como herdeiro político do ex-ditador). Esse mesmo partido apoiou o golpe de 1964 contra a “infiltração comunista”, que se encarnou na oposição a qualquer movimento social e à política externa independente. O udenismo teve como uma de suas características principais a contradição de apoiar um movimento antidemocrático em “favor” da democracia (BENEVIDES, 1981).

Nesse primeiro momento da ditadura, prometiam eliminar a subversão, o comunismo e punir os que se haviam enriquecido por meios corruptos. Dessa maneira, a coalização civil-militar adquiriu o apoio de parte da população e justificou seus atos com base nesse programa. Antes de assumir o novo presidente, no dia 09 de abril, pelo Comando Supremo da Revolução, foi decretado o Ato Institucional (depois conhecido como AI-1), que conferiu à presidência o poder de cassar mandatos efetivos e suspender direitos políticos até o dia 15 de junho do mesmo ano. O ato suspendia

qualquer imunidade parlamentar, dando ao Executivo o poder de cassar sumariamente representantes governamentais em qualquer nível, municipal estadual ou federal:

O Artigo 7º suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo, o Estado, mediante “investigação sumaria” e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar [...]. Este artigo lançou as bases dos *Inquéritos Policial-Militares* (IPMs) que atingiram milhares de pessoas (ALVES, 1989, p.67).

O artigo 10º autorizava a cassação de mandados políticos em todas as instâncias, seja de mandatos federais, estaduais, municipais, além da suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão. Esses artigos abriram o caminho para o que ficaria conhecido pelo codinome de “Operação limpeza”, a qual ativaria as forças repressivas que dariam controle ao Estado. Foram criados os chamados IPMs, que nada mais eram do que comissões de inquéritos criadas em todos os níveis de governo e que deveriam investigar atividades de civis e militares para apurar atividades “subversivas”. Após a apresentação do inquérito, o alegado e o envolvimento factual do sujeito acusado eram examinados pelo chefe do departamento militar a que a região estava vinculada, optando pela decisão final da punição, cabia ao presidente, aos governadores de Estado ou aos prefeitos.

Após o Golpe no início de abril de 1964, uma grande campanha de busca e prisões foi desencadeada em todo o país. A “Operação Limpeza” chegou ao Pontal do Triângulo Mineiro, e até o início de junho de 1964, aconteceria uma série de arbitrariedades, perseguições, prisões e deposições políticas na cidade de Ituiutaba – tudo contra a “subversão do comunismo e da corrupção”. Ao dia 28 de abril, no último encontro do mês da Câmara Municipal, o prefeito José Arcênio de Paula retirou mais 6 meses de licença. Após isso, observa-se, estranhamente, quase um mês de silêncio nos encontros do legislativo da cidade. As reuniões que eram feitas

semanalmente param por 28 dias, retornando apenas no dia 26 do mês seguinte. O retorno dos encontros foi marcado por uma enxurrada de renúncias.

Os próximos três encontros do legislativo representam uma ruptura e nova organização dentro do poder local, que marcaria a ascensão de uma nova estrutura administrativa e política imposta. Na primeira das três reuniões, no expediente foram, assinalados as renúncias de Geraldo Luiz de Andrade (PTB) e Germano Laterza (PTB), até então presidente do legislativo.

Com a renúncia do presidente da casa, é feita uma nova eleição para substituí-lo, por meio de voto secreto, escolhendo um novo chefe do poder legislativo. Segundo os entrevistados, o então votado presidente da Câmara e outros vereadores estavam por fora do acordo de deposição em andamento nesse dia, tomando outros rumos com relação ao que deveria ser feito durante a votação. Entretanto, o resultado não ficaria dessa maneira, de modo que seria executada outra votação.

No dia seguinte, em um segundo encontro, são anunciadas as renúncias dos vereadores Ribamar Nunes (ex-UDN, que havia migrado para o PTB), Diógenes Souza (PTB), José Arantes de Oliveira (PTB) e Antônio Ferreira Neto (PTB). Foram tomadas, também, as renúncias do prefeito José Arsênio de Paula e do vice-prefeito, que estava em exercício, Rodolfo Leite de Oliveira. Em sequência, é anulada, sem motivos aparentes, a eleição para presidente da casa feita na sessão anterior, sendo executada a votação novamente, na qual um udenista vence por votação unânime, tendo como vice um pessedista. Com o resultado da nova votação, o udenista assume o cargo de Prefeito Municipal e o vereador do PSD se torna o novo presidente da Câmara e conseqüente vice-prefeito (ITUIUTABA, 28/05/1964).

Supomos a hipótese de que o que aconteceu nesse momento foi um acordo entre as alas do PSD e da UDN (e os militares que ali estavam) que ocupavam a Câmara Municipal, para colocar à frente um prefeito da UDN. Com a renúncia do prefeito e do vice, quem assume a cadeira do executivo é

o presidente da Câmara. Como afirma o ex-pessedista Sammir Tannus, os vereadores do PSD apoiaram as medidas tomadas pelos udenistas nas deposições: “[...] e os do PSD passaram de lado, nós éramos minoria tinha três vereadores só aquela época na Câmara, e os três passaram para o golpe militar da UDN e eu perdi meus três vereadores” (TANNUS, 2015).

Na terceira e última reunião, verificaram-se não somente renúncias, mas também a cassação dos vereadores petebistas David Francelino de Oliveira e Nestor Fernandes de Moraes. Anunciaram-se as renúncias de Sebastião Francisco da Silva – o “Satipo” (PTB) –, Geraldo Moisés da Silva (PTB) e dos suplentes Pedro de Lourdes de Moraes (PTB) e Otávio Cardoso (PTB). Ainda nesse encontro, o prefeito encaminhou um ofício de suspensão do estudo de todos os projetos de lei enviados pela prefeitura, e um vereador fez o mesmo pedido referente aos projetos formulados pelo legislativo, suspendendo todos os projetos propostos pelo PTB no município (ITUIUTABA, 01/06/1964).

Como podemos perceber, todos esses políticos que renunciaram foram eleitos ou eram suplentes que pertenciam ao PTB. Nesse sentido, é possível questionar a respeito do que aconteceu durante esse intervalo de quase um mês nas reuniões da Câmara Municipal. Aí entra a importância das fontes orais. Se nos apoiarmos apenas nas atas dos encontros do legislativo, não iríamos compreender, em partes, a conjuntura histórica.

Atas de Câmaras Municipais, apesar de terem uma condição de documentos oficiais restritos ao âmbito político-administrativo, constituem-se em importantes fontes, se tomarmos a análise a contrapelo e nos direcionarmos a perguntas certas, sobretudo, se as relacionarmos e/ou as entrecruzarmos com outras fontes, podemos fazer um confronto de informações.

Segundo os entrevistados, chegou nesses dias à cidade uma junta militar vinda de Uberlândia, com cerca de 20 a 30 homens, se instalou no Tiro de Guerra da cidade e instaurou-se um Inquérito Policial-Militar (IPM)

na cidade. Como no explica um dos então vereadores que foram cassados, José Arantes de Oliveira:

[...] e veio um comando “revolucionário” pra Ituiutaba, porque aqui era a “cidade” de Minas Gerais, principalmente do Triângulo Mineiro, a cidade que tinha maior oposição, não aos militares, mais a UDN né, e a menina dos olhos deles da “revolução” era Ituiutaba. Então, aqui foram presas várias pessoas. E fez uma pressão, foi tão violenta que obrigou a renúncia coletiva de todos os vereadores, do prefeito e vice-prefeito da cidade. Do PTB, todos do PTB [...] nós estávamos em 5 ou 6 vereadores presos, já estavam lá na cadeia [...] fizemos a reunião, todos concordaram fazendo a renúncia coletiva, todos renunciaram. Fizeram uma reunião na câmara, elegeram um vereador pra ser presidente da câmara, esse presidente da câmara... inclusive ele não sabia que ia ser assim, elegeram um outro que não era da UDN. Daí o comando, o Capitão disse “*não, o presidente da câmara que vai ser o prefeito*”, aí mandaram ele renunciar, renunciou e fizeram nova eleição. Colocaram um da UDN, [...] foi eleito prefeito de Ituiutaba. Eleito não! Foi nomeado né, indicado (OLIVEIRA, 2015).

Há, ainda, o depoimento do pessedista Samir Tannus, que, nas eleições de 1962, havia sido derrotado por José Arsênio de Paula e, segundo o próprio, em 1964, deu apoio aos políticos que estavam sendo golpeados:

[...] em 1964, veio o golpe militar e nesse golpe militar eles, o PTB, foram atingidos[...]. Aí começou a UDN fazendo uma... aproveitando da situação e fazendo um limpa, que eram as cassações. Com razão, sem razão, com direito, sem direito, correto, incorreto, e naquilo foram cassando [...]. Então, começou a derrocada aqui, os militares vieram de Uberlândia pra cá pra depor o Prefeito [...]. Aí quando eu vi que eles estavam querendo tirar o José Arcênio da prefeitura, eu pulei pra dentro e comecei a dar apoio para o José Arcênio, porque eu sempre achei um absurdo você destituir as pessoas sem prova, sem processo, sem nada. Acha, um absurdo tomar o poder pela vontade pura. Então começou um movimento aqui, que vieram os militares de Uberlândia e fizeram pressão na cidade [...]. Então eles foram criando um trauma, um clima de pressão e começaram a pressionar a Câmara dos Vereadores. Mesmo assim o Zé Arcênio tinha oito vereadores, o que eles fizeram, eles prenderam quatro vereadores – incommunicáveis – pra utilizar como moeda de barganha, que pra soltar queriam a renúncia [...] e já era maio, foi em 64 mais não era em abril já estava em junho, maio e daí eles não resistiram, tiveram que renunciar (TANNUS, 2015).

Como também afirmou Afonso Faissol, que, apesar de não ser engajado na política institucional no momento, observou e vivenciou indiretamente a trama da conquista no poder político:

Aí eles chamaram, a revolução era deles... da UDN, pessoal da UDN pediu e vieram aqui e fizeram. Comando militar veio aqui, começou com os vereadores, exigindo que os vereadores renunciassem, renunciaram, os do PTB né. É... chegaram onde tinha problema, e fizeram o Zé Arsênio renunciar, o Rodolfo era o vice-prefeito. Entrou, mas ele não aceitaram também, tiraram o Rodolfo também (FAISSOL, 2013).

Ou, ainda, Fued Dib, que era uma das lideranças do PSD, que afirma que foi contra o golpe. Influente homem público que constitui a vida política tijucana até hoje:

Olha, o golpe aqui na cidade foi o seguinte é, é, é o pessoal da UDN que apoiava o golpe eles seguiram junto à ditadura depor o prefeito da cidade, o vice prefeito e todos os vereadores do PTB, O senhor José Arsênio de Paula, que era prefeito, o senhor Rodolfo Leite, que era vice prefeito, e tinha os vereadores, vários vereadores, naquela época a câmara tinha 15 vereadores e eles foram depostos, e eles puseram na prefeitura, por indicação, sem eleição, um vereador da UDN (DIB, 2009).

Essa junta manteve, em cooperação com civis (principalmente políticos ligados à UDN, e provavelmente uma parcela do PSD também), durante certo período, mantiveram em cárcere privado, alguns sujeitos da cidade, dentre eles, alguns desses vereadores.

De tal forma, foi feita uma barganha para acontecer a liberação desses sujeitos, de modo que alguns vereadores, junto ao prefeito e o vice, deveriam renunciar aos seus respectivos cargos. E assim foi feito. Os políticos que assinaram a renúncia durante esses três dias fizeram-na dentro desse acordo e, por pressão, foram depostos de seus cargos. As renúncias, na verdade, foram executadas por meio de coerção: ou os petebistas renunciavam ou ficariam presos.

Considerações e reflexões

A ação golpista local foi marcada pela deposição de agentes políticos ligados ao PTB, na qual, por coerção e prisão, foram obrigados a barganhar sua renúncia em troca da liberação de alguns desses que estavam sendo mantidos em cárcere privado no tiro de guerra da cidade. Em um acordo no legislativo da cidade, entre udenistas, alguns pessedistas e os militares, foi forjada uma eleição interna que colocou à frente da mesa da Câmara e, conseqüentemente, do executivo do município um prefeito pertencente a UDN e, como vice, um pertencente a PSD.

Esses que foram depostos vinham lutando e implementado leis que favoreciam a luta dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Ao que se poderia chamar de “renúncias”, preferimos denominar como deposições. Aqui configurou-se uma ação de deposição e desmantelamento de políticos trabalhistas e em seu lugar foi posta uma oposição, que entra de forma indireta no poder legislativo e executivo. Claramente, temos um plano arquitetado entre civis e militares de deposição e de ascensão de novos administradores locais. Assim podemos afirmar que, neste caso, o IPM veio a servir a interesses políticos locais. A ação civil-militar local destruiu qualquer possibilidade de prosseguimento de um projeto trabalhista e reformista, que havia sendo aplicado na gestão petebista.

Após terem as suas vidas atravessadas por esse evento, muitos desses que foram depostos seguiram na vida política local. Rodolfo Leite conquistou o pleito de Deputado Federal anos depois; José Arantes de Oliveira se elegeu e foi vereador outras vezes e até prefeito interino na cidade durante um curto período. Outros não seguiram o mesmo caminho: José Arcênio de Paula, após a sua deposição, se retirou da cidade, indo morar no estado vizinho de Goiás; Ribamar Nunes ainda tentou a eleição para vereador em 1966, perdendo o pleito, em seguida, mudando-se também da cidade de Ituiutaba.

Na conjuntura local tiveram políticos do PSD que apoiaram e outros que se opuseram as deposições políticas em 1964. De maneira instigante, muitas das vezes nas entrevistas, são indicados apenas os udenistas como civis locais articuladores do golpe, negligenciando e omitindo a participação de alguns pessedistas no processo. Provavelmente isto ocorreu pelas futuras alianças que os ex-petebistas fizeram para dar continuidade à vida pública. José Arantes e Rodolfo Leite de Oliveira, que, com a decretação do Ato Institucional II e o início do bipartidarismo, fundaram o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) local, junto com o ex-udenista Sebastião Luiz Mamede, Fued Dib (ex-PSD) e Arthur Junqueira de Almeida (ex-PSP), entre outros. Nas eleições de 1966, o MDB local não lançaria nenhum candidato, apoiando a eleição bem-sucedida de Samir Tannús – candidato por parte de uma das ARENAs (Aliança Nacional Libertadora) locais, partido que, em sua maioria, aglomerava os ex-udenistas e ex-pessedistas da cidade.

Essa trama histórica apresenta como o golpe de 1964 e a aliança civil-militar desenvolveu um aparelho de perseguição/neutralização altamente sofisticado que conseguiu agir em lugares distantes dos centros administrativos do país, tendo consequências até mesmo em uma pequena cidade no extremo interior de Minas Gerais. Aí encontramos uma via de duas mãos: essas elites regionais foram empoderadas pelos militares e se aproveitaram da situação, enaltecendo o golpe e, de maneira autoritária, eliminaram seus adversários políticos que ganhavam espaço por meios democráticos. Os militares viam nos embates políticos locais um terreno fértil de controle social e político descentralizado, dizimando qualquer probabilidade de reação e de ação das esquerdas locais nesse primeiro momento do golpe.

Perante essa experiência, podemos afirmar que, dentre os desdobramentos decorrentes desses primeiros atos dos interventores, depreende-se aquilo que as análises mais recentes acerca da própria definição do golpe em termo de seu caráter “civil-militar”. A condução do golpe só foi possível por uma aliança entre uma parcela de civis e militares.

Porém, se podemos afirmar que o golpe aconteceu em nível nacional, em relação ao local, só ocorreu em decorrência da tomada de poder na presidência primeiramente. É possível dizer que o golpe ocorreu de cima para baixo. Os acontecimentos em Ituiutaba e as suas particularidades são um exemplo de que o golpe de 1964 afetou localidades para além dos lugares conhecidos pela atual historiografia sobre o tema.

Fontes

OLIVEIRA, José Arantes de. *José Arantes de Oliveira*: Depoimento [19 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisa de mestrado: Política, perseguição, imprensa local: o Golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

FAISSOL, Afonso Arinos de Andrade. *Afonso Arinos de Andrade Faissol*: Depoimento [23 de mai.2012] Entrevistadores: C. V. C. Ferreira, Dalva Maria de O. Silva e Maria F. A. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

DIB, Fued. *Fued Dib*: depoimento [09 de set.2009]. Entrevistador: Pedro Affonso Oliveira. Ituiutaba-MG: 2009. Entrevista concedida ao *Projeto Memória, História e Cidadania* - os sujeitos sociais e históricos e as suas relações nas e com as cidades no Pontal do Triângulo Mineiro.

TANNUS, Sammir. *Sammir Tannus*: depoimento [18 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisa de mestrado: política, perseguição, imprensa local: o Golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

Fontes impressas

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 31 de jan. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 11 de mar. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 14 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 25 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 03 de fev. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 25 de fev. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 02 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 31 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 14 de abr. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 28 de mai. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 01 de jun. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 10/17, p. 55-67, dez. 2008.

ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

BARBOSA, Iago de Paula. *Entre trabalhistas e trabalhadores: uma análise da composição do diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Ituiutaba/MG (1949-1962)*. Monografia (graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

- BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In:_____. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 241-252.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 57-98.
- BOBBIO, Norberto. Reformismo, socialismo e igualdade. Trad. Rodrigo Naves. In: *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 19, p. 12-25, 1987.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, n. 28, p. 123-143, jun. 2010.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57-77.
- HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant [tradução das teses], Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

Recebido em 30 de maio de 2017
Aprovado em 10 de julho de 2017